



ÓDIO E HISTÓRIA

Hatred and History

Prof. Dr. Fernando Amed¹

¹ Professor do Centro Universitário Armando Álvares Penteado (Faap) e do Centro Universitário Belas Artes de São Paulo (Febasp). Coordenador do Grupo de Pesquisa em Comportamento Político no Laboratório de Política, Comportamento e Mídia, Labô, Fundação São Paulo, PUC de São Paulo. É coordenador do Curso de Pós Graduação on-line, Mercado e Comportamento no Século XXI, oferecido pela Faap. Professor universitário há mais de vinte anos, já orientou mais de trinta trabalhos, tendo participado de mais de cento e cinquenta bancas, entre doutorados, mestrados e de TCCs

RESUMO

Da natureza e da configuração do ódio nas manifestações históricas e o exame de alguns produtos a partir da psicologia evolucionista e do contato com as discrepâncias produzidas no século XX. A naturalização da vingança a partir das más leituras realizadas no darwinismo social.

Palavras-chave: ódio; história cultural; psicologia evolucionista; antisemitismo

ABSTRACT

On the nature and configuration of hatred in historical manifestations and the examination of some products from the perspective of evolutionary psychology and contact with the discrepancies produced in the 20th century. The naturalization of revenge based on misinterpretations of social Darwinism.

Keywords: hate; cultural history; evolutionary psychology; antisemitism

No final do século XIX, William James resumiu a opinião pós-darwiniana quando observou que a "evolução ancestral tornou-nos a todos guerreiros em potencial". Em sua visão, fanatismo, dogmatismo, a ânsia de dominar – "o tormento dos judeus, a caça dos albigenses e waldenses, o apedrejamento dos quakers e o afogamento dos metodistas, o assassinato dos mórmons e o massacre dos armênios" – demonstram "aquela aborígene neofobia humana, a belicosidade de cujos vestígios todos nós partilhamos". Peter Gay¹

As reflexões historiográficas, como se sabe, são aquelas que visam recuperar as diferentes escolas e linhas de abordagem sobre o passado. A história, mesmo que tenha se desenvolvido entre gregos e romanos, é uma ciência recente. Com isso queremos dizer que data do século XIX o aparecimento de uma metodologia calcada na busca das fontes e de sua validação. A partir desse instante, a história escrita pode alcançar a sua legitimação uma vez que se tinha credibilidade no juízo do historiador alemão Leopold Von Ranke (1795-1886), de que era possível se contar o que verdadeiramente aconteceu. No entanto, é bom que se recorde que ela nunca conseguiu resolver o seu dilema conceitual: a história é o que passou e também a sua representação do passado.

Revigorada pela fé em sua metodologia e na transformação de hipóteses em teses, a história logo conheceu mudanças, especialmente em relação aos seus objetos de estudo. Assim, nos inícios do século XX, a École des Annales alcançou o sucesso por encetar objetos de estudo remetidos à "utilização mental", expressão tão elegante quanto precisa de Marc Bloch (1886-1944), o mais profícuo de seus historiadores. A partir de então, e ao longo do século XX, alguns historiadores se encaminharam para o estudo de objetos tais como a morte, o medo, os odores e o mal dentre tantos outros.

É bom que retomemos que esses temas eram tratados dentro de recortes temporais específicos uma vez que a generalização tornaria impossível o trabalho de pesquisa: na história, é necessário que tempo e espaço estejam em comum acordo. Para o presente capítulo, essa introdução pareceu-nos conveniente uma vez que precisamos dispor de referências metodológicas para a reflexão que se inicia. Tomado assim, o ódio na história tende a se configurar num tipo de proposta que buscase abordar a água, o fogo ou o ar, também do ponto de vista histórico. Ou seja, teríamos uma dificuldade imensa de pesquisa, de contato com fontes e até mesmo da escrita de um texto.

Temos dois historiadores cujas abordagens nos orientaram na presente reflexão, Philip Aries (1914-1984) e Jean Delumeau (1923-2020). O primeiro tem obras que se destacaram tais como a História da Morte no Ocidente² e a História da criança e da família³. Delumeau é recuperado aqui por conta de sua História do medo no ocidente⁴. Ambas as abordagens se valeram de uma introdução inicial delimitadora, seja pela definição de que a morte possa ser visada a partir das diferentes atitudes que se tem sobre ela, ou da busca pela conceituação do medo para então depois pensá-lo de forma temática, ou seja, o medo do mar, das guerras, das doenças ou do demônio.

1 Peter Gay. A experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud: O cultivo do ódio. Volume 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, pp. 11.

2 Philippe Ariès. História da morte no ocidente. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1977.

3 Philippe Ariès. História Social da criança e da família. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

4 Jean Delumeau. História do medo no Ocidente: 1300-1800. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

Retomaremos aqui o mesmo procedimento. Em primeiro lugar, procuraremos dispor uma definição do que vem a ser o ódio. E depois, iremos abordar um momento da história em que definitivamente o ódio se manifestou de forma nítida: na perseguição e no extermínio da comunidade judaica na Alemanha nazista.

Vamos aqui começar com uma citação de Edward O. Wilson (1929-2021), notável pesquisador do campo da Sociobiologia. De acordo com o autor:

Ao longo da História, as guerras, que não passam de técnicas de agressão mais organizadas, têm sido endêmicas em todas as formas de sociedade, desde os bandos de caçadores-coletores até os Estados industriais. Durante os últimos três séculos a maioria dos países da Europa esteve envolvida em guerras durante aproximadamente metade desse tempo; poucos deles jamais experimentaram um século de paz contínua. Virtualmente, todas as sociedades criaram sanções elaboradas contra o estupro, a extorsão e o assassinato, e regulamentaram seu comércio diário através de direitos aduaneiros e leis complexas destinadas a minimizar as formas de conflitos mais sutis, embora inevitáveis.⁵

Wilson não estava falando do ódio, mas sim da agressividade. Mesmo assim, nos parece próximo do nosso tema uma vez que o ódio pode vir como uma justificativa do comportamento agressivo. Do ponto de vista da abordagem do pesquisador, a agressividade pode ser justificada uma vez que se trata de um produto da evolução e que torna uma espécie mais segura em relação à posteridade. Recuperemos aqui que sobrevivência e perpetuação de uma espécie através da concepção são dois vetores significativos na concepção darwinista.

Nesse sentido, é importante assinalar outras situações que venham a estimular um comportamento agressivo. A territorialidade sendo um deles. Segundo Wilson:

A territorialidade é uma das variantes do comportamento agressivo que pode ser diretamente avaliada através das novas ideias da biologia. Os estudiosos do comportamento animal definem o território como uma área ocupada mais ou menos exclusivamente, quer direta, pela defesa aberta, quer indiretamente através de avisos. Invariavelmente essa área contém recursos limitados, usualmente suprimento regular de alimento, abrigo, espaço para a exibição sexual, ou local para a postura dos ovos⁶.

A disputa por territórios concedeu legitimidade aos muitos conflitos do passado ou do presente. O surgimento do nacionalismo no século XIX, deu vassão a esse sentimento de uma forma mais emocional, herdeira então do idealismo alemão. A história antiga está repleta de casos que corroboram essa orientação. As coisas ficam mais beligerantes na medida em que o aspecto identitário de grupo vem acrescido à disputa territorial. Não é difícil mobilizar pessoas para a necessidade de confronto quando o assunto é a posse de um território que ambos os lados do conflito julgam ter direito a ele.

Uma vez que Wilson se concentrou na agressividade, sua busca por motivos escolhidos pela seleção natural mantém distância do comportamento de ódio, da forma como ele se manifestou na história. Um lado pode ver o outro como usurpador e outro pode se perceber como justo em sua demanda. A luta pelo território pode estimular o ódio intergrupos. Mas o que dizer da falsificação de um motivo como meio para se instilar o ódio em um grupo contra outro?

Matthew Williams, criminologista da Universidade de Cardiff, no País de Gales, pretendeu encontrar as motivações neurológicas para a sustentação desse comportamento. Para tanto, reuniu casos individuais que conduziram algumas nações a identificar os crimes de ódio contra etnias, identidades de gênero ou grupos imigrantes. O autor se serviu da abordagem que observa o que se convencionou chamar de eles versus nós. Para Williams, essa dinâmica é explicada pelo confronto entre o endogrupo e o exogrupo.

Um pesquisador citado por Matthew Williams nos interessa aqui. Trata-se de Gordon Allport, psicólogo de Harvard que em 1954 publicou *A natureza do preconceito*⁷. De acordo com Williams:

Allport propôs uma escala para demonstrar que nem todos os preconceitos são iguais. No primeiro estágio, chamado Antilocução, o discurso de ódio é usado cada vez mais por setores do endogrupo, variando de piada para insultos abertos contra o exogrupo. Nesse estágio, os fluxos e refluxos do discurso de ódio dependem do estado das relações sociais e da ocorrência de eventos divisionistas, tão evidentes nas plataformas de redes sociais hoje. No segundo estágio, Esquiva, vemos a separação do endogrupo e do exogrupo. Ele abrange desde a evitação “orgânica” por parte do

5 Edward O. Wilson. *Da natureza Humana*. São Paulo: Edusp, 1981, p.99.

6 Ibid., p. 107.

7 Gordon Allport. *The nature of prejudice*. Reading, MA: Addison Wesley, 1954.

endogrupo a certos estabelecimentos ou partes de uma cidade porque são frequentados pelo exogrupo, até a imposição pelo Estado da segregação em suas instituições, como escolas, transporte público e moradia. No estágio 3, Discriminação, vemos a negação do acesso a oportunidades, bens e serviços ao exogrupo, sufocando a sua capacidade de avançar na sociedade. Esse exogrupo não tem a chance de atingir certo nível de educação, conseguir emprego em certas áreas, receber os melhores cuidados de saúde e tampouco obter proteção igual em termos jurídicos. (...) No quarto estágio, Ataque físico, é a extensão consciente dos comportamentos encontrados nos estágios anteriores até a agressão total. A violência física pode não ser tolerada dentro do país ou estado em questão, mas as autoridades podem fazer vista grossa. Em algumas situações, autoridades como a polícia podem, inclusive, praticar a violência ilegalmente. (...) No quinto e último estágio, Extermínio, a violência contra o exogrupo se torna desejável e, em alguns casos, legal⁸.

O momento da realização dessa pesquisa bem como a apresentação dos seus resultados guarda ligações com o contexto do pós-Segunda Guerra Mundial. Sempre necessário enfatizar que esse evento, em se tratando de um conflito militar, não se notabilizou por ser distinto das guerras anteriores e que ocorrem desde a Antiguidade. O diferencial terrível da Segunda Guerra Mundial foi a busca pela realização da Solução Final: o extermínio do povo judeu.

Difícil encontrar outro momento na história que tenha se configurado dessa maneira. Não somente os historiadores, mas profissionais das mais distintas áreas buscaram uma resposta para tamanha afronta fundamentada no ódio. Nada pode ser comparado a esse evento, até mesmo porque estamos falando do reforço midiático do ressentimento contra um grupo específico de seres humanos. A ambição por acabar com os judeus conduziu o historiador Richard Evans que chamasse a Segunda Guerra Mundial de Guerra Racial. Para Williams:

Se o Holocausto foi um genocídio entre muitos, teve características graças às quais se distinguiu dos demais. Ao contrário de todos os outros, não foi limitado nem pelo espaço nem pelo tempo. Foi dirigido não contra um obstáculo local ou regional, mas contra um inimigo mundial visto como uma ameaça que operava em escala global. Estava vinculado a um plano ainda mais amplo de reorganização e reconstrução racial envolvendo novas matanças genocidas em escala quase inimaginável, visando, contudo, a limpar o caminho em uma região particular – o Leste Europeu – para uma luta adicional e mais feroz contra os judeus e aqueles que os nazistas consideravam fantoches judaicos. O Holocausto foi desencadeado por ideólogos que viam toda a história mundial em termos raciais. Todas essas coisas fazem dele um evento único e singular⁹.

O antissemitismo possui uma longa história na humanidade e que passa pelas Idades Média e Moderna. Essa última veio a dar cobertura à Inquisição que se manifestou nos países ibéricos e que envergou as suas asas no Brasil. O indivíduo judeu, seja ele seguidor de uma religião ou não, está envolto numa teia que ainda continua a possibilitar a ampliação de preconceitos de toda a natureza. A facilidade com que a opinião pública pode se voltar contra ele ainda se manifesta, especialmente quando acompanhamos os acontecimentos recentes em relação ao conflito entre Gaza e Israel.

No entanto, o que distingue ainda mais a perseguição e o extermínio do povo judeu pela Alemanha nazista foi o amparo da publicidade em torno do aprofundamento e do incremento do ódio contra uma etnia. Tamanho ódio que viesse a dar suporte para a criação de uma linha de montagem de assassinatos.

As respostas que não alcançamos são aquelas voltadas às perguntas acerca da naturalização da perseguição de homens, mulheres, idosos ou crianças. Da condução aos campos de extermínio. Do preparo rotineiro para o extermínio. Da classificação em arquivos. Da busca pela definição da identidade judaica até a quarta geração.

Desejando conhecer e lançar luz sobre o comportamento de apoio dos alemães à perseguição do povo judeu, Robert Gellately, produziu uma obra de fôlego, cujo destaque se dá no consentimento na exclusão do que ele chamou de outsiders sociais. Segundo o autor:

Sugiro que é mais importante mostrar como o antissemitismo se espalhou após 1933 e o que mudou e por que, e especialmente como e por que os cidadãos começaram a colaborar na intimidação e na perseguição aos judeus feitas pela polícia e pelo Partido Nazista. Conforme veremos, a população ficou enredada no lado discriminatório da ditadura, inclusive na perseguição aos judeus, e assim o fez por motivos que nem sempre implicavam ser explicitamente racista. As pessoas iam às autoridades e denunciavam judeus e aqueles que não compartilhavam do antissemitismo oficial. Às vezes, elas eram motivadas por razões egoístas, com frequência ligadas ao ódio diligente e à obtenção de lucro. Um efeito da perseguição foi o de fazer com que muitos judeus soubessem do

8 Matthew Williams. A ciência do ódio: a jornada de um cientista para compreender a origem dos preconceitos e da violência que ameaçam o futuro da sociedade humana. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2021, pp. 30-32

9 Richard J. Evans, Terceiro Reich na história e na memória: novas perspectivas sobre o nazismo, seu poder político, sua intrincada economia e seus efeitos na Alemanha do pós-guerra. São Paulo: Planeta do Brasil, 2018, pp. 399-400.

país, enquanto os que permaneceram se defrontaram com a crescente hostilidade das autoridades e com o que Ulrich Herbert chamou de “crescente indiferença” de seus concidadãos.¹⁰

No entanto, é necessário que somemos a essa aceitação e consentimento, o apoio de uma campanha feita por meio de discursos radiofônicos bem como através de cartazes e produções cinematográficas. Uma indústria publicitária deu suporte à manifestação do ódio naturalizado, servindo-se de caricaturas que reforçavam os preconceitos através de estereótipos. Assim, uma atmosfera de incitamento ao ódio foi criada e de tal forma, ela parece não ter sido percebida mais como sendo uma exceção, mas sim um comportamento natural.

A indiferença em relação ao que se operava na Alemanha nazista, em especial após o ano de 1935 – data da promulgação das segregadoras Leis de Nuremberg – pode ser vista como gestada na virada do século XIX para o XX. O chamado racismo científico que floresceu nesse momento, pretendia fornecer dados seguros quanto à existência de uma hierarquia racial. Coube ao cineasta Peter Cohen, realizar um documentário no ano de 1998 intitulado *Homo Sapien 1900*. Nessa obra, tomamos contato com uma produção de filmes que, envoltos numa atmosfera de drama, indicavam a necessidade de se livrar a sociedade daqueles indivíduos cujos fenótipos não eram vistos como normais.

Sabendo que a produção cinematográfica deitava raízes na Alemanha, devemos levar em consideração o fato de que uma ambiência de normatização do extermínio vai tomando corpo, bem como vai se aceitando cada vez com mais naturalidade o fato de que seja mais civilizado caminhar para a exclusão daquele que sofre por não se adaptar à vida social.

Saul Friedlander é o autor de uma excepcional obra sobre a Alemanha nazista e os judeus, cujo foco, segundo o historiador, foi:

Estabelecer um relato histórico do Holocausto em que as políticas dos que os perpetraram, as atitudes da sociedade ao redor e o mundo das vítimas possam ser tratados no âmbito de uma estrutura integrada continua sendo um desafio de maior envergadura. Algumas das mais conhecidas tentativas de dar conta desses acontecimentos focalizaram sobretudo a máquina nazista de perseguição e morte, dedicando apenas escassa atenção à sociedade mais ampla, à ampla cena europeia e mundial ou ao destino em transformação das próprias vítimas; outras, com frequência, concentraram-se mais precisamente na história das vítimas e ofereceram uma análise apenas limitada das políticas nazistas e da cena circundante. O presente estudo tentará apresentar um relato em que as políticas nazistas sejam de fato o elemento central, mas no qual o mundo ao redor e as atitudes das vítimas, suas reações e seu destino sejam igualmente parte integrante dessa história em desbravamento¹¹.

Acompanhando a rotina criada pelo Terceiro Reich na promulgação de leis que proibiam casamentos entre alemães e judeus, que impediam a contratação de médicos ou a permanência de advogados, promotores ou juízes que não fossem comprovadamente “alemães de sangue puro”, Friedlander terminou por estabelecer um quadro em que raramente percebemos mobilizações contrárias e até mesmo uma oposição frente a esse estado de coisas.

O autor se valeu do conceito de “antissemitismo redentor”, a crença compartilhada pelos meios de comunicação nazista de que a luta contra os judeus fosse tratada em dimensões apocalípticas. Assim, naturalizava-se o fato de que um povo devesse ser extirpado para que viesse a sobreviver a raça pura ariana. Ou seja, os alemães foram colocados na condição de vítima frente aos algozes judeus. Tãmanha inversão, sem dúvida, partia de uma cultura subjacente de ressentimento. Mas isso somente não dá conta de explicar tamanho evento em se tratando da crueldade e horror. Ainda de acordo com Friedlander:

Desde o início da adoção das políticas de esterilização ao aparente final da eutanásia em agosto de 1941 – e início da “Solução Final”, próximo a essa mesma data – as políticas relativas aos deficientes e doentes mentais, de um lado, e as relativas aos judeus, de outro, seguiram um desenvolvimento simultâneo e paralelo. Essas duas políticas, entretanto, tinham origens diversas e objetivos diferentes. Enquanto a esterilização e a eutanásia tinham como objetivo exclusivamente o aumento da pureza da Volksgemeinschaft (a comunidade nacional) e eram reforçadas pelos cálculos de custo-benefício, a segregação e o extermínio dos judeus – embora também um processo de purificação racial – eram principalmente uma luta contra um formidável e ativo inimigo que era visto como colocando em perigo a própria sobrevivência da Alemanha e do mundo ariano. Assim, além da meta da limpeza racial, idêntica àquela perseguida na campanha de esterilização e de eutanásia, ao mesmo tempo e em contraste com ela, a luta contra os judeus era vista como um confronto de dimensões apocalípticas¹².

10 Robert Gellately. *Apoiando Hitler: consentimento e coerção na Alemanha nazista*. Rio de Janeiro: Record, 2011, pp. 27

11 Saul Friedlander. *A Alemanha nazista e os judeus: os anos de perseguição, 1933-1939*. Volume 1. São Paulo: Perspectiva, 2012, p. 28.

12 Ibid., pp. 74-75.

Parece-nos então que a manifestação do ódio, bem como a própria prática que lhe é correspondente, se configurou como legitimada uma vez que se estava lutando pela sobrevivência – o espaço vital, de acordo com os brados nazistas. Tamanha inversão se insere em um contexto preparado por décadas. A crença na modernização, na superação dos entraves tradicionais, numa nova configuração de homem e, em maior grau de significância, a fé na redenção através da ciência encontram-se nos fundamentos do ódio estimulado e legitimado.

Nada houve como o Holocausto. No entanto, a presença de tamanho horror persiste em nos alcançar e perseguir. “Como pensar depois de Auschwitz”, frase atribuída ao filósofo Theodor Adorno (1903-1969), nos causa transtorno, nos aproxima da angústia em relação à cumplicidade havida naquele tempo e contexto e sempre nos fará lembrar da impossibilidade de cicatrização dessa chaga.

Bibliografia

ARIÈS, Philippe. História da Morte no ocidente. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1977.

_____. História Social da criança e da família. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

DELUMEAU, Jean. História do Medo no Ocidente: 1300-1800. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

EVANS, Richard J. Terceiro Reich na história e na memória: novas perspectivas sobre o nazismo, seu poder político, sua intrincada economia e seus efeitos na Alemanha do pós-guerra. São Paulo: Planeta do Brasil, 2018, pp. 399-400.

FRIEDLANDER, Saul. A Alemanha nazista e os judeus: os anos de perseguição, 1933-1939. Volume 1. São Paulo: Perspectiva, 2012, p. 28.

GELLATELY, Robert. Apoiando Hitler: consentimento e coerção na Alemanha nazista. Rio de Janeiro: Record, 2011, pp. 27

WILLIAMS, Matthew. A ciência do ódio: a jornada de um cientista para compreender a origem dos preconceitos e da violência que ameaçam o futuro da sociedade humana. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2021, pp. 30-32

WILSON, Edward O. Da natureza Humana. São Paulo: Edusp, 1981, p.99.

CV:

FERNANDO AMED, Doutor em História Social pela FFLCH da USP, professor da Faap de São Paulo e do curso de Artes Visuais da Belas Artes de São Paulo, autor de livros e artigos acadêmicos, dentre eles, Thomas Sowell: da obrigação moral de ser cético. São Paulo: É Realizações, 2015. Coordenador do Grupo de Pesquisa em Comportamento Político no Labô, Laboratório de Política, Comportamento e Mídia, Labô, da Fundação São Paulo, PUC-SP. Assina a coluna semanal Behavior no off-lattes.